

RESULTADO DA AVALIAÇÃO 3º BIMESTRE

Após o término do 3º bimestre, foi procedida avaliação completa de todos os itens de receitas e despesas do Governo Federal, conforme determinação da Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF. Assim, foram observados dados realizados até o mês de junho e parâmetros macroeconômicos atualizados, que reflitam a realidade atual e as expectativas até o final do exercício.

Discriminação	R\$ milhões
1. Receita Primária Total	4.660,0
2. Transferências a Estados e Municípios	175,2
3. Receita Líquida	4.484,8
4. Despesas Obrigatórias	2.702,3
5. Déficit do RGPS	0,0
6. Discrepância Estatística	(523,0)
7. Alteração da Meta Nominal de Resultado em Função da Reestimativa do PIB	164,0
8. Ampliação de Despesas Discricionárias (3 - 4 - 5 + 6 - 7)	1.095,5

Após a análise da realização e reprojeção dos itens de receitas e despesas primárias até o final do ano, constatou-se a melhora no cenário fiscal e, conseqüentemente, a possibilidade de ampliação dos limites de empenho e movimentação financeira em R\$ 1,1 bilhão.

A receita total líquida de transferências aumentou R\$ 4,5 bilhões em relação à última avaliação em virtude, sobretudo, da elevação em R\$ 4,3 bilhões da estimativa das receitas administradas pela Secretaria de Receita Federal, tendo como destaque a COFINS com os efeitos decorrentes da retenção na fonte nas empresas prestadoras

de serviços, conforme Lei nº 10.833/03. Essa nova estimativa para receitas primárias, combinada com ajustes na discrepância estatística em R\$ 0,5 bilhão e alteração da meta de resultado primário em R\$ 0,2 bilhão, pela revisão do PIB nominal de 2004, terá a seguinte destinação:

A. DESPESAS OBRIGATÓRIAS

- Pessoal e Encargos Sociais: acréscimo de R\$ 1,4 bilhão em função da reestruturação de carreiras de civis e militares da União.
- Abono e Seguro Desemprego: aumento líquido de R\$ 137,8 milhões decorrente do efeito combinado da elevação do número de beneficiários do Abono Salarial, devido ao reajuste do salário mínimo, e queda na projeção do Seguro-Desemprego.
- Subsídios/Subvenções/Securitização: aumento líquido de R\$ 576 milhões, sendo R\$ 500,0 milhões na securitização da dívida agrícola e R\$ 76 milhões no PNAFE.
- Créditos Extraordinários: inclusão no valor de R\$ 110,1 milhões para os Ministérios da Integração Nacional, Meio Ambiente e da Agricultura.
- Doações: inclusão no valor de R\$ 38,9 milhões nessa rubrica referente a implantação de projetos e convênios na área da defesa e proteção dos direitos da criança e do adolescente financiados com doações.
- Complemento da Atualização Monetária do FGTS: incorporação de saldos não utilizados no ano anterior.

DESPESAS DISCRICIONÁRIAS

- A ampliação total de R\$ 1,1 bilhão será distribuída em diversos órgãos, com destaque para o Ministério dos Transportes (manutenção e conservação de rodovias), Ministério do Desenvolvimento Agrário (aquisição de terras e assentamentos) e Ministério da Defesa (Projeto “Soldado Cidadão”).

Acréscimos de despesa discricionária

Órgão/Descrição	R\$ milhões
Min. Agricultura, Pecuária e Abastecimento	8,0
Min. das Cidades	119,0
Min. da Defesa	188,3
Min. Desenvolvimento Agrário	160,0
Min. Desenvolvimento Social	87,6
Min. Desenvolvimento, Indústria e Com.Exterior	112,0
Min. Educação	16,0
Min. Esporte	30,0
Min. Integração Nacional	47,0
Min. Meio Ambiente	21,0
Min. Minas e Energia	49,5
Min. Trabalho e Emprego	23,5
Min. Transportes	179,8
Min. Turismo	30,0
Demais	10,4
Poder Executivo	1.082,1
<hr/>	
Poderes Legislativo e Judiciário, e MPU	13,4
Total Geral	1.095,5